

Sumário

Introdução	1
1 Constitucionalização do Direito.....	5
1.1 Estado Legislativo de Direito.....	6
1.1.1 Estado Liberal	8
1.1.2 Estado Social.....	22
1.2 Estado Constitucional de Direito e neoconstitucionalismo	29
2 Direito Processual no Estado Constitucional.....	43
2.1 As fases metodológicas do Direito Processual.....	44
2.1.1 As duas primeiras fases do Direito Processual: do sincretismo à autonomia.....	46
2.1.2 A fase da instrumentalidade	50
2.1.3 A fase do formalismo-valorativo	56
2.1.4 A fase pacificadora.....	59
2.2 Constitucionalização do Direito Processual	67
2.2.1 O Direito Processual no Estado Constitucional: Direito Processual Constitucional, Direito Constitucional Processual e Neoprocessualismo	69
2.2.2 O modelo constitucional de processo e o direito ao processo justo.....	79
2.2.3 A constitucionalização do direito de ação e o acesso à Justiça no Estado Constitucional.....	93
2.2.3.1 A transformação digital e o acesso à justiça no direito brasileiro: a justiça 4.0	97

3 Jurisprudência nos Sistemas da <i>Common Law</i> e da <i>Civil Law</i>. A Evolução do Ordenamento Jurídico Brasileiro em Direção ao Sistema de Precedentes e Julgamento de Casos Repetitivos	115
3.1 A common law.....	117
3.2 A civil law.....	126
3.3 Aproximação entre as jurisdições da <i>civil law</i> e da <i>common law</i> : a função criadora da jurisdição no Estado Constitucional.....	131
3.4 Precedentes e padrões decisórios no direito brasileiro: estabilidade, integridade e coerência da jurisprudência.....	137
3.4.1 O sistema brasileiro de precedentes	137
3.4.2 Estabilidade, integridade e coerência da jurisprudência	145
4 A Uniformização da Jurisprudência nos Juizados Especiais no Modelo Constitucional de Processo: Condição para o Acesso Efetivo à Justiça e a Realização do Direito ao Processo Justo	157
4.1 Juizados especiais.....	157
4.1.1 Antecedentes a partir das small claims courts americanas e a constitucionalização dos juizados especiais no direito brasileiro	157
4.1.2 Juizados especiais e acesso à justiça: superação das barreiras e princípios.....	174
4.2 Causas da dispersão da jurisprudência nos juizados especiais	180
4.2.1 Estrutura do ordenamento jurídico	180
4.2.2 Interpretação de normas jurídicas nacionais, regionais e locais de forma pulverizada nos juizados no exercício de competência concorrente com a justiça comum.....	188
4.2.3. Ausência de previsão de recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça	190

4.2.4 Investidura temporária nas turmas recursais e estrutura descentralizada	192
4.2.5 A exegese da incomunicabilidade entre as decisões da justiça comum e os juizados especiais nos casos de competência concorrente.....	194
4.3 Fundamentos para a uniformização da jurisprudência nos juizados especiais no modelo constitucional de processo.....	197
4.3.1 Segurança jurídica.....	200
4.3.2 Isonomia	203
4.3.3 Duração razoável do processo	206
4.3.4 Acesso efetivo à justiça	209
4.3.5 Legitimidade da função jurisdicional	210
4.3.6 Eficiência do sistema de justiça e redução dos custos	213
4.3.7 Estímulo à solução consensual	220
4.4 Procedimentos e medidas para a uniformização da jurisprudência nos juizados especiais.....	224
4.4.1 Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) no âmbito dos juizados especiais	224
4.4.1.1 Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR): a relevante inovação do Código de Processo Civil de 2015....	226
4.4.1.2 Requisitos para instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas.....	234
4.4.1.2.1 Efetiva repetição de processos.....	235
4.4.1.2.2 Mesma questão unicamente de direito.....	237
4.4.1.2.3 Risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica	241

4.4.1.2.4 Inexistência de decisão de afetação de recurso extraordinário ou especial repetitivo	243
4.4.1.2.5 A questão sobre a necessidade de causa pendente no tribunal.....	244
4.4.1.3 Instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas nos juizados especiais	249
4.4.1.4 Instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas pela justiça comum a partir de processo em curso nos juizados especiais.....	261
4.4.1.5 Aplicação nos processos em curso nos juizados especiais da tese firmada no IRDR pelos tribunais.....	263
4.4.2 Incidente de assunção de competência (IAC)	269
4.4.3 Incidente de uniformização de interpretação de lei	277
4.4.3.1 Juizados especiais federais	282
4.4.3.2 Juizados especiais da fazenda pública.....	284
4.4.3.3 Juizados especiais estaduais	286
4.4.4 Técnica do julgamento de improcedência liminar do pedido.....	294
4.4.5 Técnica do julgamento monocrático do relator do recurso na turma recursal	302
4.4.6 Cargos de provimento efetivo para integrantes das turmas recursais e centralização territorial	309
4.4.7 Competência absoluta como critério facilitador da uniformização	315
4.4.8 Efeito persuasivo dos enunciados aprovados nos encontros de trabalho.....	320
4.4.9 Resignificação das funções do Superior Tribunal de Justiça sobre os juizados especiais	326

4.4.9.1 As funções das cortes superiores no sistema de justiça estatal.....	328
4.4.9.2 A missão constitucional do Superior Tribunal de Justiça no Estado brasileiro	331
4.4.9.3 Filtro para a admissibilidade do recurso especial. A Emenda Constitucional no 125, de 14 de julho de 2022.....	335
4.4.9.4 Cabimento do recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça contra acórdãos das turmas recursais	348
Conclusões.....	363
Referências.....	391